

## A LEXICOGRAFIA EM PORTUGUÊS SOBRE AS LÍNGUAS BANTU BALANÇO E PERSPECTIVAS

*Vatomene Kukanda\**

Antes de começar, pensamos que é nosso dever explicitar o título da nossa comunicação. Essa poderia ser intitulada "Os Dicionários bilingues português/língua(s) bantu – línguas(s) bantu/português como meio de promoção da língua portuguesa" ou "Lexicografia luso-bantu e vice-versa e o papel que pode jogar na expansão da língua portuguesa na zona bantu" (no nosso caso Angola e Moçambique).

Todavia, como queremos abordar tanto os dicionários, os léxicos quer os guias de conversações, os catecismos, etc., achamos mais prudente escolher para essa comunicação um título mais largo.

Não temos a intenção de dissertar sobre os mecanismos e regras da lexicografia mas apenas examinar os resultados, os produtos do seu exercício e a sua incidência numa eventual expansão do português. Por essa razão, falaremos pois, como já o dissemos só de dicionários, léxicos, guias de conversações mas também de outros documentos. A condição primeira é de ser pelo menos bilingues, quer dizer português/língua(s) bantu ou língua(s) bantu/português.

A nossa comunicação tem três partes:

1. o papel activo que os escritos bilingues jogaram no conhecimento das línguas autóctones e no aperfeiçoamento dos autóctones em português;
2. inventário de alguns trabalhos já realizados nesse domínio. Trata-se da apresentação do material que conseguimos sobre o nosso tema.
3. Perspectivas.

### I. PAPEL DOS ESCRITOS BILINGUES

Os escritos bilingues jogaram um papel de destaque na penetração missionária. Contrariamente aos outros intervenientes nos contactos com a África, os missionários não se limitaram só a dominar as línguas autóctones. Deixaram provas escritas dessa perícia e deram assim, a muitas línguas, os seus primeiros documentos escritos e os balbúcios duma tradição escrita.

A intenção deles não foi de fazer a linguística mas sim uma actividade como forma mais indicada para preparar o terreno aos seus colegas que aproveitaram do material assim produzido para melhor trabalhar no apostolado.

Na nossa opinião, o trabalho realizado por eles nesse domínio tinha principalmente duas faces em que a mais conhecida de todos é a de aprenderem as línguas autóctones para melhor atingir os seus utilizadores. Nesse caso, o sentido da flecha vai dos missionários para as línguas autóctones: missionários (língua port.) → línguas autóctones.

Todavia, a outra face desconhecida de todos é a dos autóctones aperfeiçoarem-se em português, bastava só utilizar o mesmo material no sentido contrário: língua portuguesa — línguas autóctones (utilizadores).

---

\* Director-Geral do CICIBA, Centro Internacional das Civilizações Bantu, Libreville.

Muitos africanos aperfeiçoaram-se na língua portuguesa graças ao material bilingue preparado pelos missionários para uma aprendizagem rápida das línguas autóctones. Todos esses escritos (dicionários, léxicos, catecismos, guias de conversações, etc.) funcionaram nos dois sentidos tanto para as línguas autóctones como para o português.

Esta situação permitiu, por exemplo, que o clero africano chamado, naquela época, de "clero indígena" (auxílio ao clero europeu) dominasse profundamente os dois tipos de línguas (portuguesa e autóctones).

Contudo, convém assinalar que o papel jogado pelos escritos bilingues (dicionário, catecismo e outros) como meio pedagógico, nos séculos passados, pode ser, no nossos dias, melhor utilizado para uma extensão da língua portuguesa no espaço bantu em geral e nas zonas rurais em particular.

## II. INVENTÁRIO DOS TRABALHOS REALIZADOS

Duma maneira geral, poucos trabalhos (comparados, por exemplo, aos efectuados nas colónias britânicas) foram realizados. Preocupados pela implantação da sua língua nas colónias, através da política de "Assimilação", e obnubilados pela opinião, muito divulgada na época, que as línguas autóctones estavam destinadas a desaparecer sob a pressão da língua da metrópole<sup>1</sup>, os portugueses ilustraram-se pouco.

Em 1715, o padre José de Gouveia de Almeida publicou um outro catecismo em português e Kimbundu.

O trabalho de dicionário sendo uma actividade titânica, foi preciso esperar mais tempo para a sua publicação. O padre Grégoire Le Guennec, por exemplo, passou vinte anos na elaboração e organização do seu dicionário, do qual falaremos no segundo período. Todavia, a sua finalidade inicial era de servir a causa missionária, pondo à disposição dos missionários um repositório muito abundante de palavras do uso corrente das diferentes línguas autóctones que facilitaria o trabalho deles.

O capuchinho italiano Bernardo Maria de Cannecatim, perfeito das missões de Angola e Congo, publicou em 1805 o "Dicionário da língua Bunda ou Angolense". Estava convencido que a ingorância da língua Bunda ou Angolense era um obstáculo perpétuo não só ao progresso do cristianismo nessa vasta região (Angola) mas também aos interesses políticos do Estado<sup>2</sup>.

Em 1980 foi publicado, em Coimbra, o "Dicionário Português - Cafre - Tetense ou idioma falado no distrito de Tete e na vasta região do Zambeze inferior" por Victor José Courtois.

O angolano Joaquim Dias Cordeiro da Mata, assistido por Héli Chatelain, tendo recolhido mais de 700 provérbios em Kimbundu, publicou em 1893 o seu "Ensaio de Dicionário Português - Kimbundu.

Dois anos depois, foi publicado em Lisboa (SGL) "Noções de gramática Landina e breve guia de conversação em português, inglês e landim" por Alberto Carlos de Paiva Raposo.

A publicação do trabalho de Henri A. Junod intitulado "Grammaire Ronga suivi d'un manuel de conversation et d'un vocabulaire Ronga - Portugais - Français - Anglais" fez-se em Lausanne em 1826. Era a continuação do esforço que consistia em pôr à disposição não só dos missionários, de diferentes nacionalidades, um instrumento precioso de trabalho mas também dos autóctones um meio de aperfeiçoamento em português.

Em 1898 J. Torrend e S.J. Chipanga publicaram o seu "Catecismo Sena - Português".

---

<sup>1</sup> "Nos seus (Padre Grégoire Le Guennec) primeiros tempos de apostolado missionário, iniciado como começo do século, julgara desnecessário a aprendizagem de uma língua, que parecia destinada a desaparecer, pelo portuguêsismo que se imprimia às missões católicas e ao ensino nas escolas rurais". (Dicionário Português - Umbundu, p. VII)

<sup>2</sup> "A elaboração e organização do Dicionário Português - Macua presidiu, inicialmente, a ideia de servir a causa missionária, pondo à disposição dos meus colegas de apostolado um repositório opulentíssimo de palavras de uso corrente desta formosa língua banta que é, presentemente, falada por cerca de 2.500.000 moçambicanos". (Dicionário Português - Macua, p. V)

<sup>3</sup> No prefácio do mesmo dicionário, p. ii

Dez anos depois da publicação do seu "Dicionário Português – Cafre – Tetense", Victor José Courtois meteu à disposição do público interessado, em 1900 e em Coimbra, o seu segundo dicionário. Tratava-se de "Dicionário Cafre – Tetense – Português.

### *1.2. O período da colonização*

Esse período era caracterizado por uma pressão crescente sobre as missões para diminuir a utilização das línguas autóctones. A referida pressão aumentou sensivelmente com a política de "Assimilação". Paradoxalmente, os missionários responderam a essa pressão aumentando os meios linguísticos que podiam acelerar a evangelização, sobretudo que desde o século XIX a formação do clero chamado "indígena" foi acelerada para que esse último servisse de valioso auxílio ao clero europeu.

É certo que novos meios técnicos facilitaram a actividade editorial dos missionários mas pensamos todavia que era preciso uma vontade sem falha para contornar com habilidade as orientações, como aquelas de Norton de Matos<sup>4</sup>, que proibiam o ensino das línguas e a sua utilização escrita.

O primeiro livro a tomar em conta para esse período é o do padre Victor Wendling, francês alsaciano, que publicou em Malanje, em 1903, o "Catecismo Kimbundu e Português".

Convém assinalar a publicação em Lourenço Marques, em 1906, do "Dicionário Shironga – Português e Português – Shironga" precedidos de breves elementos de gramática do dialecto Shironga.

Um ano depois ou em 1907, houve a publicação, na Huila, do "Dicionário português – quimbundo". Durante o mesmo ano, foi posto à disposição dos utilizadores por W. Benoit o livro "Gramática Portuguesa em língua Ronga – Bukkaneli, Portuguesa – Ronga e Dicionário Português – Ronga e Ronga – Português. Dialecto falado pelos indígenas de Lourenço Marques", publicado em Lausanne.

Dr. António Soveral, capitão médico e sócio ordinário da Sociedade de Geografia de Lisboa, interessado por dois dialectos falados no interior do distrito de Quelimane (Moçambique), publicou em Lisboa, em 1913, um vocabulário aligeirado dos tais dialectos que intitulou "Vocabulário Português – Alôlo – Lomué".

O ano 1924 viu a publicação, em Lisboa, de "Vocabulário Português, Shironga, Shitsua, Guitonga, Shishope, Shisena, Shinhungue, Shishuabo, Kikua, Shi-yao, Ekissuakili" que foi uma tentativa de António Augusto Pereira Cabral de dar o equivalente de algumas palavras portuguesas em muitas línguas bantu faladas em Moçambique.

Mesmo após a publicação de muitos catecismos, esses continuaram a ser uma preocupação para os missionários. Foi assim que o padre Martinho da Rocha Barbosa escreveu em 1929, em Beira, o "Catecismo breve da doutrina cristã – em português e Chichangane". Esse livro teve uma segunda edição em 1946, revista e aumentada pelo padre Joaquim Marques de Oliveira.

A necessidade de aprender rapidamente a língua do apostolado fez com que os guias de conversações fossem elaborados em várias línguas. Foi o caso de "Guia de conversação Tchichope – Português e Subsídios para um dicionário Português – Tchichope", preparada por Cândido da Silva Teixeira em 1931, em Lisboa.

Em 1932, a "Missão de Beira" publicou também um catecismo que intitulou "Catecismo em português – Chimanica".

A tradução livre em português de diversos contos dos Macua, permitiu ao padre Francisco Manuel de Castro de fazer editar, em 1934, o seu livro "Contos Macuas" no Porto, nas "Edições da 1ª Exposição Colonial Portuguesa".

A "Tipografia das Missões Franciscanas" em Braga imprimiu, em 1939, um livrinho de orações com o título "Chirhyo Cho Mwia Cho Tsiku Dzese (O pão nosso de cada dia) – Em Chiilitêwe – português.

<sup>4</sup> Decreto 77, de 9 de Dezembro de 1921 – art. 2º e 3º, par. 1º - que regulamentava a existência e funcionamento das missões religiosas.

### *Primazia dos dicionários*

Convém assinalar que a partir do ano 1930, o número de catecismos publicados começou a baixar. Parece que a primazia foi dada aos dicionários e numa menor proporção aos diferentes géneros da literatura oral das línguas autóctones.

Foi nesse contexto que o interesse dos pastores que E. Lecomte e J. Sutter perante a língua Ngangela deu, sob a coordenação do pastor Guy Atkins, a publicação em Lisboa, em 1939, dum dicionário. Tratava-se de "Dicionário Ganguela – Português. Língua falada ns regiões do Cubango, Nhemba e Luchaze. Província de Angola".

Durante o mesmo ano de 1939, o padre Albano Alves publicou, em Lisboa, o "Dicionário Português – Chisena e Chisena – Português".

Em 1940 na Missão da Huila (Huila, Angola), Benedito Bonnefoux lançou o seu dicionário sobre a língua da região: "Dicionário Olunyaneka – Português".

Com a implicação crescente de autóctones na produção dos escritos sobre essas línguas, A. Assis Júnior publicou em 1942, em Luanda, o "Dicionário Kimbundu – Português. Linguístico, botânico, histórico e corográfico. Seguindo de um índice alfabético dos nomes próprios".

Todavia, como já referimos no início desse ponto, a publicação dos livros religiosos bilingues não tinha parado completamente. O seu número tinha retrocedido. É nesse contexto que o padre António Martinho fez publicar, à "Missão dos Muchopes", um livrinho de orações e cânticos. Levava o título "Xibukuana (a)xa Makholua (O livrinho dos Cristãos) – Orações e Cânticos em Português e Xistsua".

Os diferentes géneros da literatura oral acrescentaram-se a essa produção com a publicação em Luanda, no "Mensario Administrativo" nº 14 de 1948, do artigo "Contos, lendas e provérbios (do posto de Quirima – dialecto Songó) narrados e traduzidos por Vasco de Abreu".

O trabalho de Abreu será seguido pelo artigo de J. Matias de Moraes sobre "Provérbios em Umbundu e sua tradução", no nº 18 do ano 1949 do "Mensario Administrativo", em Luanda.

Depois, foram os dicionários que se destacaram:

- Luís Feliciano dos Santos, "Dicionário Português – Choje e Choje – Português", publicado em Lourenço Marques, em 1950
- Albino Alves, "Dicionário Etimológico Bundo – Português, ilustrado com muitos milhares de exemplos, entre os quais 2000 provérbios indígenas" publicado em dois volumes em Lisboa, em 1951.
- José Luís Quintao, "Dicionários Xironga – Português e Português – Xironga" publicados em Lisboa, em 1951.

Seria injusto da nossa parte de não destacar o trabalho do padre António da Silva Maia. Os anos cinquenta poderiam ser chamados, no quadro do nosso tema, os "*anos do padre A. S. Maia*", missionário secular da arquidiocese de Luanda. Focaremos só alguns dos seus trabalhos:

- "Guia prático para aprendizagem das línguas Portuguesa e Omumbuim (língua indígena de Gabela, Amboim, Quanza Sul – Angola) dialecto do Kimbundo", em 1951;
- "Dicionário elementar Português – Omumbuim – Mussele. Dialectos do Kimbundo e Mbundu", em 1955;
- "Manual prático de conversação em Português e Mussele. Dialecto do Umbundu, Quanza Sul, Angola", em 1955;
- "Lições de gramática de Quimbundo (Português e Banto) dialecto Omumbuim. Língua indígena de Gabela, Amboim, Quanza Sul, Angola, África Ocidental Portuguesa", em 1957.

## OS ANOS SESENTA E SETENTA

Durante as nossas buscas bibliográficas para este tema, constatamos que a produção de obras, que nos podiam interessar, tinha diminuído nos anos sessenta e setenta. Pensamos que tal situação foi provavelmente a consequência da agitação resultante do início da luta armada em Angola e Moçambique e das medidas tomadas pela administração colonial para enfrentá-la. É preciso também assinalar o facto de que muitos laicos começaram a interessar-se pelas línguas das colónias.

Em 1960, Rodrigo de Sá Nogueira publicou em Lisboa o "Dicionário Ronga – Português", que foi seguido em 1961 pelo "Dicionário de Português – Chi yao e Chi yao – Português", publicado nas "Memórias do Instituto de Investigação Científica de Moçambique", em Lourenço Marques.

Os "Missionários da Companhia de Jesus" prepararam e publicaram, em Lisboa, com o apoio da "Junta de Investigação do Ultramar", o Dicionário Cinyanja – Português", em 1963.

O padre António da Silva Maia apresentou, em 1964, o seu famoso "Dicionário Complementar Português – Kimbundu – Kikongo (línguas nativas do Centro e Norte de Angola)".

O ano 1972 viu a publicação póstuma do trabalho do padre bretão Grégoire Le Guennec, missionário de Espírito Santo que viveu os dois terços da sua vida em Angola. O padre José Francisco Valente, que colaborou nesse trabalho, publicou-o em Luanda, graças ao "Instituto de Investigação Científica de Angola" sob o título "Dicionário Português – Umbundu".

Dois anos depois (1974) e ainda no domínio dos dicionários, foi o Macua (língua de Moçambique) que estava honrado pelo trabalho do padre Alexandre Valente de Matos, autor do "Dicionário Português – Macua" que foi publicado em Lisboa.

### *1.3. O período da soberania*

1975 é o ano das independências. Houve grandes perturbações em todos domínios, em Angola e Moçambique. A partida maciça para a Europa, dos quadros que faziam funcionar o sistema colonial, levou os dois jovens Estados a tomar medidas que permitissem o seu funcionamento.

A língua portuguesa e as línguas autóctones não escaparam a essas medidas. Novas políticas linguísticas começaram a ser orientadas<sup>5</sup>. Era necessário transformar a língua da dominação numa língua oficial e libertar as línguas autóctones, desprezadas durante a época colonial, para fazer delas línguas integradoras.

Num primeiro tempo, os dois tipos de línguas estiveram juntos, com outras línguas estrangeiras (francês, inglês, etc.), numa mesma instituição o Instituto Nacional de Línguas (INL), criado em 1978 por Decreto nº 62/78, de 06 de abril, da Presidência da República.

A gestão do português e de outras línguas estrangeiras foi, alguns anos depois, confiada ao Ministério da Educação e a das línguas autóctones a uma nova instituição denominada "Instituto de Línguas Nacionais" (ILN)<sup>6</sup>.

## O INSTITUTO DE LÍNGUAS NACIONAIS

O Instituto tem como tarefa principal a gestão de toda a política do governo relacionada com as línguas autóctones ou nacionais.

---

<sup>5</sup> O Presidente António A. Neto, no seu discurso proferido no acto de posse do cargo de Presidente Geral da União dos Escritores Angolanos (UEA), a 24 novembro de 1977, disse: "O uso exclusivo da língua portuguesa, como língua oficial, veicular e utilizável actualmente na nossa literatura, não resolve os nossos problemas. E tanto no ensino primário, como provavelmente no médio, será preciso utilizar as nossas línguas. E dada a sua diversidade no país, mais tarde ou mais cedo deveremos tender para a aglutinação de alguns dialectos, para facilitar o contacto". (Ainda o meu sonho, p. 17)

<sup>6</sup> Por decreto nº 40/85 de 18 novembro do Conselho de Defesa e Segurança publicado no Diário da República nº 92, 1a série, o "Instituto Nacional de Línguas" (INL) mudou para "Instituto de Línguas Nacionais" (ILN).

<sup>7</sup> Para o governo, todas as línguas autóctones terão o estatuto de "línguas nacionais" mas por razões práticas, começou-se com as seis línguas de maior difusão.

Após os estudos fonológicos das seis primeiras línguas (aquelas de maior difusão)<sup>7</sup>, os alfabetos e as regras de transcrição foram apresentados a fim de permitir uma harmonização na escrita dessas línguas. Basta só percorrer os livros e dicionários que citamos para notar a miséria ortográfica que existia. A mesma palavra tinha, às vezes, duas, três ou quatro transcrições diferentes. Os sistemas ortográficos eram quase tantos quantos os autores.

Assim era a situação da ortografia das línguas de Angola e Moçambique. Nenhuma instituição científica se preocupou em propor uma única ortografia para essas línguas, nem, ainda menos, em fazer esforços para harmonizar as ortografias existentes.

As instituições científicas, como os linguístas, não aproveitaram dos resultados realizados em países vizinhos, sobre as línguas, sobre as línguas de Angola e Moçambique faladas também nesses outros países. De igual modo, não se preocuparam em harmonizar a escrita das línguas de Angola e Moçambique com a proposta pelos países vizinhos que já tinham atingido um nível científico nesta área. A única preocupação (e isto seguindo o espírito do decreto de Norton de Matos) foi a de harmonizar a escrita dessas línguas com a da língua portuguesa.

Tratava-se então duma etapa importante que era necessário ultrapassar antes de se meter ao trabalho. Os estudos fonológicos e gramaticais apresentados (8) o ILM podia começar a pensar na elaboração dos léxicos portugueses / línguas nacionais – línguas nacionais / português. Foram produzidos em Kikongo, kimbundu, Umbundu, Cokwe, Mbunda e Oxikwanyama. Pouco depois, foi a vez dos léxicos temáticos (administração, agricultura, pesca, etc.) (9).

Todo esse trabalho é um prelúdio à elaboração e organização dos dicionários para as tais línguas.

Consciente do facto de que os léxicos preparados não substituem os dicionários, o Instituto investiu-se no caminho da reedição de algumas obras para resolver o problema. Já chegou a algum resultado em 1949, com ajuda da Cooperação Portuguesa, ao reeditar o famoso "Dicionário Complementar Português-Kimbundu-Kikongo". E estamos convencidos que outras acções seguirão.

Não podemos encerrar essa parte sem falar de Adriano Barbosa que publicou em 1989, em Coimbra, o "Dicionário Cokwe – Português".

### III. PERSPECTIVAS

A política duma língua de partilha em comum como o português deve não só se preocupar do futuro deste último mas também ajudar à clarificação de outras manifestações linguísticas do espaço lusófono.

Afirmamos e repetimo-lo que sem uma "price en charge" global da situação linguística de todo o espaço, os dados que publicam os livros, que falam das línguas do mundo, sobre o português estarão sempre longe da realidade.

As disposições a serem tomadas para ultrapassar essa situação podem ir em duas direcções:

- ajudar nas pesquisas que visam a estabelecer a língua portuguesa falada em África, determinando os pontos de convergência e de divergência com a norma de Portugal;
- ajudar na estabilização das línguas do espaço lusófono participando na determinação das suas identidades, como na produção de dicionários para o conhecimento dos seus vocabulários. Tratando-se do espaço lusófono, a prioridade deve ser dada aos dicionários bilingues (português / línguas(s) autóctones / português).

#### *1.1. Pesquisa sobre o português falado em África*

Existem projectos de estudos e instituições que se ocupam dessa pesquisa. Os resultados são publicados como artigos nas revistas especializadas. O Instituto Camões, com todos os meios humanos, materiais e financeiros que tem à disposição podem bem levar a cabo essa tarefa. A ajuda de muitas Universidades, interessadas pela diversidade na unidade que é a lusofonia, está também disponível.

Contudo, queremos modestamente chamar a atenção dos pesquisadores neste domínio sobre o facto de que os seus estudos só terão um impacto se os meterem em contacto com as línguas que partilham o mesmo espaço com o português, e que servem de substrato aos fenómenos estudados.

Pode-se fazer pesquisas em Luanda, por exemplo, sem dominar o contexto linguístico autóctone dessa cidade? Pode-se pretender assegurar o português em Moçambique ignorando as línguas do país?

Limitamo-nos a essas considerações para este ponto a fim de abordar o segundo que nos concerne directamente.

### *1.1. Ajuda às línguas autóctones*

#### **- Estabilização**

Seria desejável que os esforços, que estão a ser feitos em alguns países do PALOP, para dotar as línguas autóctones duma tradição escrita, sejam apoiados. A oralidade multiplica e dispersa, a escrita diminui e concentra as variantes. Aqui a nossa explicação.

Numa comunidade linguística puramente oral, a variação linguística leva eventualmente ao aparecimento de novas línguas. Mas a passagem da oralidade à escrita constitui um acto de estabilização ou ainda uma paragem da proliferação das variantes linguísticas e das línguas. Em outras palavras, algumas das línguas que se situam debaixo dum limite de viabilidade sob a forma padrão são obrigadas a extinguir-se progressivamente, quer dizer a não serem mais utilizadas sincronicamente. É preciso acrescentar que essa redução do número das línguas autóctones podem também ser causadas pelo facto de que, na vida moderna, só as línguas que poderão ser utilizadas sob forma escrita vão aguentar o peso da mistura das populações; só essas línguas poderão ser utilizadas pelas gerações vindouras que serão cada vez mais letradas.

A coabitação, desde muito tempo, entre o português e as línguas autóctones leva-nos a dizer que o destino da língua portuguesa no espaço lusófono está ligado àquele das línguas autóctones.

A ajuda para a estabilização e a standardização pode tomar diferentes formas:

- ajuda financeira às instituições governamentais ou privadas que trabalham sobre essas línguas;
- ajuda material pela entrega de alguns meios técnicos (gravadores, computadores, etc.)
- assistência técnica, quer dizer a disponibilização de peritos versados no domínio linguístico.

#### **- Conhecimento do vocabulário**

A elaboração de léxicos para essas línguas, por instituições habilitadas a fazê-lo ou por pessoas privadas, é um trabalho louvável mas não substitui o dos dicionários.

Nesse domínio, uma assistência ou ajuda é necessária e ela pode-se orientar em três direcções, que podem ser tomadas cada uma individualmente ou todas juntas se os meios permitirem.

#### *a) A reedição*

Trata-se da reedição pura e simples. A estrutura a coordenar o projecto deveria consultar os melhores conhecedores das diferentes línguas concernidas a fim de escolher os melhores dicionários que podem ser objecto duma reedição.

Neste caso, temos o exemplo da excelente colaboração que houve entre a Cooperação Portuguesa e o Instituto de línguas Nacionais e que resultou com a reedição do "Dicionário Complementar Português – Kimbundu – Kikongo", em 1994, em Luanda.

#### *a) A reedição com revisão e aumentos*

Para este tipo de reedição, os meios devem ser mais importantes que no primeiro caso. Aqui não é só questão de consultar os melhores conhecedores para escolher mas esses devem também trabalhar na revisão e prever os aumentos necessários.

<sup>8</sup> Todo esse trabalho foi possível graças à assistência do /PNUD/UNESCO no quadro do projecto ANG/77/009/C/01/13.

<sup>9</sup> Não abordamos a situação de Moçambique para esse período por não termos encontrado informações suficientes.

A tal reedição leva mais tempo pelas consultas que os mesmos conhecedores devem constantemente fazer, para decidir sobre aquilo que se acrescenta ou não.

Trata-se, com certeza, em todos esses casos, de dicionários bilingues com a presença do português.

*b) Novos dicionários*

Como já o dissemos, a elaboração dum dicionário é um trabalho titânico. Se todas as condições forem criadas, optaremos para essa possibilidade porque tem duas vantagens:

- Resolver para sempre o problema da ortografia das entradas utilizando os alfabetos e regras de transcrição harmonizados e aprovados e acrescentar todas as informações ausentes nos antigos;
- Dar o nível real da evolução do vocabulário dessas línguas após as independências.

CONSIDERAÇÃO FINAL

Sabemos que muitos meios financeiros serão necessários para chegar a essa produção. O mais importante é a boa vontade. Os meios poderão sair ou da CPLP, ou das fundações que trabalham para a língua portuguesa.

O nosso desejo é que as recomendações desse VI Congresso possam chamar a atenção de todos os que decidem na matéria sobre esse ponto.

BIBLIOGRAFIA

- BASTIN, Y. – Bibliographie Bantoue Sélective – Musée Royal de l’Afrique Centrale – Tervuren, Belgique – Archives d’Anthropologie, nº 24, 1975.
- BIBLIOGRAFIA DO ULTRAMAR PORTUGUÊS – Existente na Sociedade de Geografia de Lisboa – Fascículo V, Moçambique – Publicada em anexo do “Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa, 1970/1973.
- CABRERA, C. – Vocabulário Congo: El Bantu que se habla em Cuba – Miami, Daytona Press, 1984.
- DUBOIS, J. – Dictionnaire et discours didactique – Langage, 19 septembre 1970 – Paris, Larousse-Didier p. 35-47.
- DUBOIS, J. et C. – Introduction à la lexicographie: le dictionnaire – Language et Langage, Librairie Larousse, Paris, 1971.
- EÇA, F. G. de Almeida de – Achegas para a bibliografia de Moçambique (Novos subsídios para um estudo completo) – Agência Geral das Colónias / Divisão de Publicação e Biblioteca, Lisboa, 1949.
- FABELO, T. D. – Dicionário de la lengua conga residual en Cuba – Colección Africana, Santiago de Cuba, 19?
- GUSIMANA, B. – Dictionnaire Pende-Français, CEEBA, Bandunbu, 1972.
- HOCHEGGER, H. – Dictionnaire des Rites – CEEBA, Bandundu, 1984.
- LENSELAER, A. – Dictionnaire Swahili-Français: Partiellement adapté du standard swahili – Ed. Karthala, Paris, 1982.
- NETO, A. A. – Ainda o meu sonho – UEA, Luanda 1979.
- PING, J. G. – Alguns dados sobre o léxico chinês de origem portuguesa e lexicografia sino-portuguesa e vice-versa – Revista Internacional de Língua Portuguesa, nº 5/6 Dezembro 1991, pp. 125-135.
- RITA, F. A. – Bibliografia Etnológica de Moçambique (das origens a 1954) – Junta de Investigações do Ultramar, Lisboa, 1962.
- AREIA, R. de e FIGUEIRAS, I. – Angola – Bibliografia Antropológica – Centro de Estudos Africanos / Universidade de Coimbra, 1984.